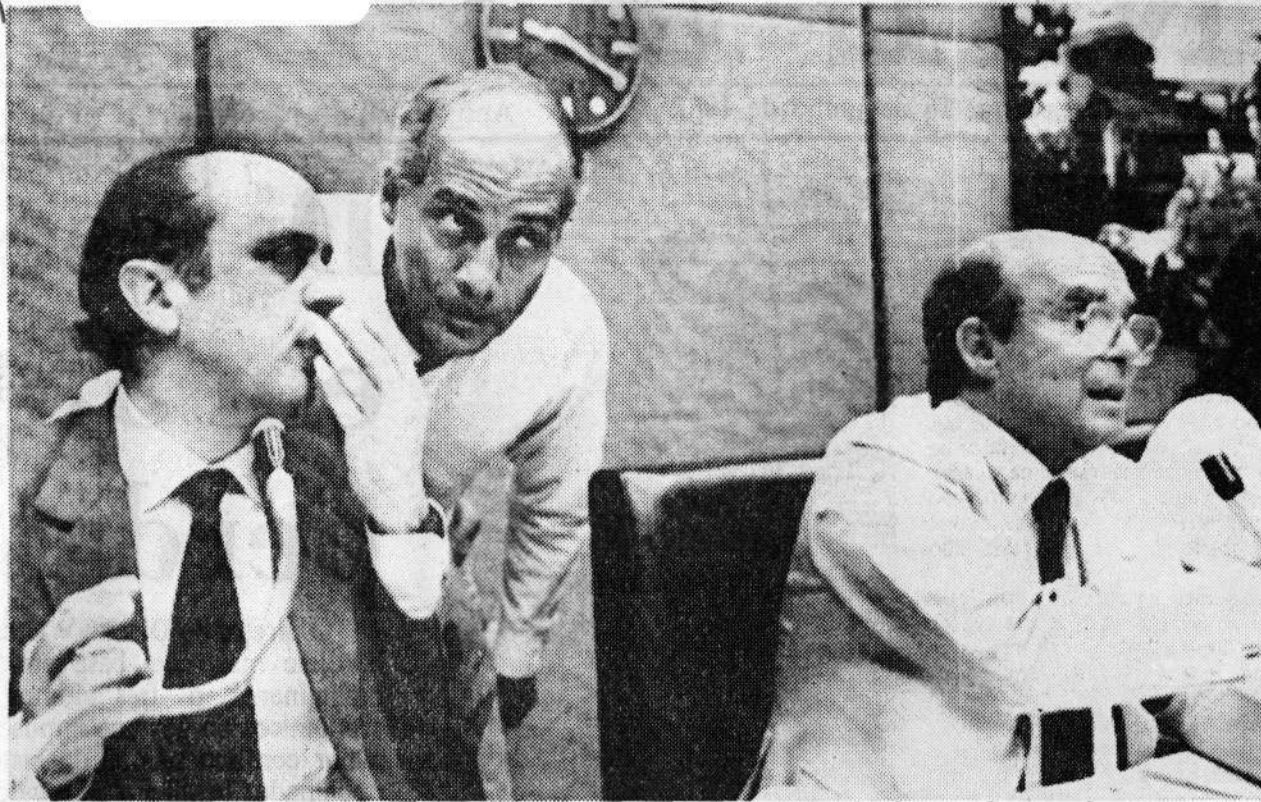


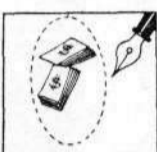
Brasília — Luiz Antônio Ribeiro



Santana, ao lado de Serra, foi porta-voz das exigências da bancada nordestina

Acordo de bastidor aprova projeto do Sistema Tributário

BRASÍLIA — A Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças funcionou, na verdade, nos bastidores. Esse foi o segredo para a aprovação quase integral do substitutivo do deputado José Serra (PMDB-SP). Entre as pequenas alterações aprovadas, apenas uma não foi previamente acolhida pelo relator: a proibição de transferência de poupanças captadas em regiões com renda *per capita* inferior à média nacional para regiões mais desenvolvidas.



“Esse é um dispositivo absurdo. Da forma como está escrita a emenda do deputado Domingos Juvenil (PMDB-PA), se uma pessoa mudar do Ceará para São Paulo, por exemplo, ela não pode levar sua poupança”, protestou Serra.

Um constituinte disse que a bancada do Nordeste manteve-se unida desde o início dos trabalhos, com o objetivo de assegurar para a região privilégios na distribuição das quotas do Fundo de Participação dos Estados. A articulação entre parlamentares do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o relator foi eficiente, mas passou por momentos de tensão. Um deles foi o diálogo de Serra com o deputado Jayme Santana (PFL-MA), no domingo:

- Serra, você vai perder.
- Então eu renuncio.
- Seria lamentável, mas a Constituinte continuaria, mesmo sem você.

Pressão nordestina — O relator não concordava com a aprovação da regionalização do orçamento da União, a única reivindicação nordestina que ainda ameaçava provocar um confronto na hora da votação. Durante a tarde, Serra reuniu-se com um grupo de 20 parlamentares da região, para discutir o assunto. “Ali ficou claro que tínhamos votos para derrotar o relator. Mais dez parlamentares e seríamos 32 - exatamente a maioria absoluta. Diante da evidência, Serra foi para casa e já voltou com um texto pronto”, contou Santana.

Mas a proposta do relator não atendia integralmente à reivindicação nordestina, e um último texto para a emenda que seria votada e aprovada foi escrito às pressas, o que retardou o reinício da sessão em três horas. Finalmente, foi aprovada a emenda número 604, do deputado Jessé Freire (PFL-RN), que prevê a distribuição dos orçamentos fiscal e de empresas estatais regionalmente, de forma proporcional à população, num prazo de 10 anos.

“Essa emenda não corresponde às minhas convicções quanto à sua factibilidade, mas eu a acolho em homenagem ao pensamento dominante da comissão”, declarou Serra, votando a contragosto pela sua aprovação. Dos 54 parlamentares presentes, apenas o deputado César Maia (PDT-RJ), votou contra a aprovação da regionalização do orçamento.

“Isso não passa na Constituinte. Se passar, nossa Constituição vai cair no ridículo”, advertiu Maia, ao final da votação. Segundo ele, “os nordestinos estão cegos pelo regionalismo e se articularam para fazer uma revolução na Constituinte”.

Proposta tira da União 12% do que arrecada com Imposto de Renda e IPI

A principal consequência da implantação do novo sistema tributário aprovado pela Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, se for referendado pela Constituinte, será a perda pela União de 12% do produto da arrecadação dos Impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI). Atualmente, a União transfere 33% do total deste bolo aos estados e municípios, através dos Fundos de Participação (FPE e FPM). O novo modelo proposto pelo relator, deputado José Serra (PMDB-SP), e aprovado pela comissão, amplia o total dos fundos para 46% da arrecadação da União com IR e IPI, da seguinte forma:

- 21,5% para o Fundo de Participação dos Municípios (atualmente, o FPM tem 16%).

- E 2% para aplicação nas regiões Norte e Nordeste, através de suas instituições oficiais de fomento (atualmente, o fundo especial é aplicado em regiões carentes ou situações de calamidade, sem especificação da destinação).

Serra manteve a atual distribuição dos Fundos, que obedece a critérios de renda *per capita* (diretamente proporcional) e arrecadação (inversamente proporcional). Além disso, a União entregará 10% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados, vedada a destinação de mais de 20% a qualquer das unidades da Federação. Além disso, os estados ficam autorizados a instituir um adicional de 5% sobre o Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, a critério de cada governador.

Sistema Financeiro — Fica para a legislação ordinária regulamentar a participação das instituições financeiras estrangeiras no país, obedecendo a três critérios: os interesses nacionais, os acordos internacionais e a reciprocidade. Extingue a carta-patente, que atualmente o Banco Central vende, para a abertura de novos bancos. A autorização para funcionamento de bancos passa a ser “inegociável” e “concedida sem ônus”.

O substitutivo estabelece a criação do Código de Finanças Públicas, que disporá sobre: finanças públicas, dívidas externa e interna, emissão e resgate de títulos da dívida, fiscalização financeira e operações de Câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, estados, Distrito Federal e municípios.

A emissão de moeda será feita exclusivamente pelo Banco Central, que fica proibido de comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional e de conceder empréstimos ao Tesouro Nacional. As atividades de fomento serão transferidas do Banco Central ao Tesouro Nacional.

Orçamento — Os orçamentos fiscal e de investimento das estatais passam a ser regionalizados. Serão distribuídos entre as regiões macroeconômicas proporcionalmente à sua população, de forma progressiva, num prazo de 10 anos. O plano plurianual de investimentos da União será submetido à aprovação de uma comissão mista permanente do Congresso Nacional. A comissão aprovou, ainda, que não devem passar de 65% de suas receitas os gastos com pessoal dos governos federal, estaduais e municipais.

Sant'Anna tenta com artifício derrubar relatório Gabriel

Alexandre Polesi

BRASÍLIA — Uma manobra do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), às 21h20min de anteontem, quase jogou por terra todas as conquistas que a esquerda, majoritária, havia conseguido até então na Comissão de Ordem Social da Constituinte. A votação seguia tranquila mas transformou-se em tumulto e só pôde ir até o fim depois de um difícil acordo entre o senador Mário Covas (PMDB-SP) e o presidente da comissão, deputado Edme Tavares (PFL-PB).



Houve gritos, xingamentos e uma sucessão de manobras regimentais, a partir do momento em que Sant'Anna passou a comandar o bloco dos moderados, no plenário da comissão. O líder do governo levantou uma questão de ordem diseguando a qual havia ainda até aquela hora muitos destaques a serem votados e se isso não acontecesse até meia-noite de domingo todo o substitutivo do relator, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), ficaria sem efeito, inclusive as emendas aprovadas pela esquerda.

Neste caso, os temas da comissão seriam tratados pela Sistematização. Isto significaria o fim das vitórias obtidas pelos partidos de esquerda e pelo bloco “progressista” do PMDB, como a estabilidade no emprego, a jornada de 40 horas de trabalho e a emenda estabelecendo a reforma agrária, repudiada na véspera pela Comissão da Ordem Econômica.

Alerta — Eram cerca de 22h10min quando o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) entrou correndo no plenário da Câmara, à cata do líder do PMDB, senador Mário Covas. “O Sant'Anna está fazendo uma manobra para anular o relatório da Ordem Social”, avisou Scalco, esfriando os ânimos de Covas, que minutos antes comemorava os “avanços” na Comissão da Ordem Social, considerada o “gueto” dos “progressistas”.

Carlos Sant'Anna era suplente da Ordem Social, mas lá só apareceu após as 21h, acompanhado do líder do PFL, José Lourenço. A comissão acabara de aprovar a reforma agrária, em emenda aditiva ao segundo dos 109 artigos do relatório do senador Almir Gabriel. Sant'Anna insistia em que se os quase 300 pedidos de destaques sobre a mesa não fossem votados até a meia-noite, cairia todo o trabalho do relator. Covas entrou em cena e só depois de muitas negociações com o presidente da comissão, deputado Edme Tavares (PFL-PB), com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães — que se encontrava em casa e só resolvia questões por telefone — e com o secretário geral da câmara, Paulo Afonso, a situação foi contornada.

“Ulysses, o nosso amigo Carlos Sant'Anna está criando problemas” — disse Covas ao presidente do PMDB, Câmara e Constituinte. “Ele está ameaçando a derrubada do relatório do Almir Gabriel se não for tudo votado até à meia-noite. Você precisa esclarecer essa questão”, prosseguiu. Covas fez a ligação do plenário da Câmara, tendo ao lado Euclides Scalco que repetia a todo instante: “O Ulysses me garantiu que depois de iniciada a votação não se pode interromper”.

Confusão — Mas Ulysses Guimarães não confirmou isso a Mário Covas, que ficou muito irritado quando foi aconselhado a procurar Paulo Afonso para dirimir a dúvida. “Isso é palhaçada”, reclamava Covas. Cinco minutos depois, ele se reunia com Edme Tavares e Paulo Afonso, consultando todos os registros internos existentes na casa.

O senador Ronan Tito (PMDB-MG), seguindo a orientação do seu líder, enquanto isso, apresentou à mesa, presidida pelo deputado Hélio Costa (PMDB-MG), um requerimento com 11 assinaturas, pedindo o fim da fase de discussão das emendas. Costa acatou o requerimento e, com isso, tirou o argumento dos moderados, liderados por Sant'Anna, que acreditavam poder parar tudo sob o argumento que não apenas se votavam os destaques, mas também os discutiam. A votação foi prorrogada até as 6h de ontem.

Durante as negociações, Carlos Sant'Anna ficou irritado quando foi chamado de “líder do governo” pelo senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE). Aos gritos, respondeu: “Eu não estou aqui como líder do governo, estou aqui como constituinte”. Enquanto isso, o deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) acusava Hélio Costa, na presidência, de “truco-lento”. Foi chamado de “safado” pelo deputado Vasco Alves (PMDB-RS). “Safado é você” — respondeu Rosenmann.

Neste momento, o deputado Francisco Küster (PMDB-SC), *progressista*, acusou Rosenmann de ter “voto comprado” — e partiu para agrdeí-lo. Foi contido a tempo e retirado do plenário. O relatório estava garantido.

Esquerda se uniu para vencer na Ordem Social

Os partidos de esquerda deixaram de lado suas divergências, aliam-se aos *progressistas* do PMDB e conseguiram, na Comissão de Ordem Social, suas maiores vitórias na Constituinte. Com maioria nunca inferior a 34 dos 63 votos, a esquerda aplicou o mesmo rolo compressor sobre os conservadores, que havia condenado, por ser vítima dele, na Comissão de Ordem Econômica (em que a direita venceu).

Na votação da estabilidade no emprego, por exemplo, a distribuição dos votos da esquerda foi a seguinte: PMDB — 24 (do total de 33), PCB — um, PT — três, PC do B — um, PTB — dois, no total de 34. A esquerda tinha ainda um voto do PDS da deputada Wilma Maia, do Rio Grande do Norte — e, eventualmente, de dois votos do PFL, das deputadas Raquel Cândido (RO) e Maria de Lourdes Abadia (DF).

Na votação dos temas mais importantes — como a estabilidade de no emprego, jornada de 40 horas e reforma agrária — o metalúrgico Edmilson Valentim (PC do B-RJ), por exemplo, negociou em conjunto com o fazendeiro e empresário Ronan Tito, senador do PMDB mineiro, sem divergências.

Hélio Costa manobra votação esquerdista

Durante três dias, a esmagadora supremacia da esquerda não tirou o equilíbrio e a serenidade do deputado Edme Tavares (PFL-PB) na presidência da Comissão de Ordem Social da Constituinte. Curiosamente, quando o deputado Hélio Costa (PMDB-MG) assumiu a presidência por duas horas — das 22h às 23h50min de domingo — a confusão começou.

“Entendam minha inexperiência”, procurou explicar o jornalista, ex-repórter do *Fantástico*, ao justificar a série de manobras a favor da esquerda, na fase mais crítica dos debates. Hélio Costa ignorou pedidos de questão de ordem, discutiu com parlamentares com os quais não concordava e conseguiu impor a votação do requerimento do senador Ronan Tito (PMDB-MG) que inviabilizou uma manobra do líder do governo Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

Atendendo à orientação de líderes do PT e do PCB, como Paulo Paim (PT-RS) e Augusto Carvalho (PCB-DF), Hélio Costa punha em votação o maior número possível de destaques, no menor prazo possível. O deputado Cunha Bueno (PDS-SP) protelou: “não entendo esta pressa”. Costa respondeu: “Há poucos minutos, V. Excia. disse que estava cansado”. “Votar sem discutir é arbitrário e V. Excia. será responsável por isso”, rebateu Cunha Bueno.

“Aceito a responsabilidade”, disse Costa: “O senhor está com pressa de dormir” — atacou Cunha Bueno. Seguiu-se um tumulto que Hélio Costa teve dificuldade de superar. Voltou a iniciar a votação quando um deputado gritou: “V. Excia. disse meu nome e nem me deu tempo de responder”. Quando Edme Tavares voltou à presidência, às 23h50min de domingo, conseguiu controlar a sessão, que se prolongou sem problemas pela madrugada.



Hélio Costa